

DINHEIRO PARA SÃO PAULO

Com o pacote, o Estado pode obter imediatamente Cz\$ 21,9 bilhões no Banco do Brasil.

Pagando correção monetária equivalente à variação das Letras do Banco Central (LBC), mais juros de 12% ao ano, o Estado de São Paulo poderá obter imediatamente do Banco do Brasil um empréstimo de Cz\$ 21,9 bilhões, a título de antecipação de receita, correspondente a 25% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), no ano passado, que foi de Cz\$ 87,6 bilhões.

Além disso, o Estado de São Paulo pode iniciar já na próxima semana, em comissão do Ministério da Fazenda, os entendimentos para consolidar sua dívida interna de Cz\$ 28,7 bilhões (saldo em 31 de dezembro do ano passado), dos quais Cz\$ 18,0 milhões correspondem ao endividamento em títulos estaduais — Obrigações do Tesouro Paulista (OTP) — e Cz\$ 10,7 bilhões e dívida

contraída junto ao sistema financeiro.

A comissão, integrada por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, do Ministério do Planejamento, começará o mais cedo possível, a discutir a consolidação da dívida dos Estados, no montante de Cz\$ 150,8 bilhões (endividamento interno) e US\$ 4,8 bilhões (endividamento externo).

Em relação ao endividamento interno, a alternativa em exame sugere uma absorção da dívida contraída em títulos estaduais, no montante de Cz\$ 53,2 bilhões — sempre dados de 31 de dezembro de 1986 — pelo Tesouro federal, que trocaria as obrigações dos Tesouros estaduais pelas OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), operação que resultaria no resgate dos títulos estaduais

pela respectivos tomadores nas datas contratuais.

Restaria a dívida contratual, no montante de Cz\$ 97,8 bilhões, a qual teria um tratamento diversificado, examinando-se caso a caso, em função da natureza do contrato, cobrando encargos correspondentes à metade da correção monetária das OTN e juros de 6% ao ano.

Os Estados, no entanto, estão reivindicando, em caráter imediato, a rolagem integral do principal e dos juros dessa dívida, sem o compromisso do depósito, no Banco Central, do seu contravalor em cruzados. Os compromissos dos Estados, este ano, com o endividamento externo somam US\$ 1,0 bilhão, dos quais US\$ 585,0 milhões correspondem às amortizações e US\$ 415,0 milhões aos juros. Estes tiveram seus pagamentos suspensos desde o dia 20 de fevereiro, porém ao contrário das empresas priva-

pelo senador Mauro Benevides sugere que os US\$ 4,8 bilhões sejam também absorvidos pelo Tesouro federal, que refinanciaria essa dívida, em cruzados, no prazo de 20 anos, cobrando encargos correspondentes à metade da correção monetária das OTN e juros de 6% ao ano.

Os Estados, no entanto, estão reivindicando, em caráter imediato, a rolagem integral do principal e dos juros dessa dívida, sem o compromisso do depósito, no Banco Central, do seu contravalor em cruzados. Os compromissos dos Estados, este ano, com o endividamento externo somam US\$ 1,0 bilhão, dos quais US\$ 585,0 milhões correspondem às amortizações e US\$ 415,0 milhões aos juros. Estes tiveram seus pagamentos suspensos desde o dia 20 de fevereiro, porém ao contrário das empresas priva-

das e governamentais, os Estados não estão recolhendo ao Banco Central o contravalor dos débitos vencidos em cruzados.

A dívida externa do Estado de São Paulo, registrada em 31 de dezembro do ano passado, era de US\$ 546,0 milhões, porém os compromissos relativos ao corrente exercício somam apenas US\$ 154,4 milhões, dos quais US\$ 102,4 milhões se referem a amortização do principal e US\$ 52,0 milhões aos juros.

Há, da parte do governo federal, o compromisso da rolagem integral do montante correspondente à amortização, mas ainda se discute como administrar o pagamento dos juros. A solução deverá sair no âmbito das discussões que o governo paulista manterá com a comissão criada para examinar, caso a caso, a situação dos Estados.

Medidas agradam Estados

As medidas anunciamas pelo governo federal foram bem recebidas pelos Estados, mas consideradas apenas como paliativo aos seus atuais problemas de fluxo de caixa. Vão permitir que se respire um pouco melhor, afirmou o governador do Paraná, Alvaro Dias, para quem a única e real solução para o endividamento dos Estados, é a reforma tributária. Esta é também a opinião do secretário da Fazenda da Bahia, Sérgio Gaudenzi. Já o prefeito de Salvador, Mário Kertesz, mesmo aplaudindo as medidas, admitiu que não devem eliminar a crise financeira dos municípios. Mais otimista, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Flávio Lyra, acredita que o novo pacote vai permitir a rolagem de 100% da dívida externa estadual.

Quanto à eficácia das medidas na redução das taxas de juros, ao menos um governador, Newton Cardoso, de Minas Gerais, foi taxativo: "dá flexibilidade e maior autonomia ao Banco Central para reduzir as altas taxas de juros, geradoras de inflação". Cardoso, aliás, considerou o conjunto uma "dose cavalar", embora necessária. Mesmo assim, afirmou em entrevista à imprensa que havia sugerido ao presidente da República a adoção de medidas ainda mais fortes, com o mesmo objetivo, mas que Sarney teria receio de que em resposta a decisões mais drásticas houvesse evasão de recursos para o mercado paralelo. Sobre a dívida do Estado, o governador assinalou que a sua simples rolagem, ao preço atual do dinheiro, "não resolvendo praticamente nada", da importância da redução dos juros, completou.

A julgar pela recente exposição do governador Newton Cardoso ao presidente José Sarney, as medidas anunciamas pelo ministro Dílson Funaro não impedirão que o Tesouro mineiro quebre a curto prazo. Conforme o governador, para não chegar a total insolvência em dois ou três meses, o Estado precisa ter imediatamente autorizado e equacionado o refinanciamento do serviço da sua dívida a vencer neste mês até dezembro do próximo ano, esticando o prazo de pagamento para não menos de sete anos, com 30 meses de carência.

Pelo perfil atual de sua dívida, Minas terá de pagar naquele período US\$ 660,7 milhões de dívida externa; a interna é de Cz\$ 68,5 bilhões, incluindo títulos públicos estaduais.

Sem euforia

"As novas medidas econômicas não devem provocar euforia", afirmou ontem, em Curitiba, o governador Alvaro Dias, que considera a antecipação de recursos de ICM e a rolagem da dívida dos Estados como "um socorro de emergência que adia, protege, o impasse financeiro de Estados e Municípios".

Para o governador, as medidas anunciamadas pelo governo federal "oferecem aos Estados e Municípios a possibilidade de respirar melhor, financeiramente, mas isto está longe de solucionar o problema". Para ele, "solução, mesmo, só com a descentralização, através de uma reforma tributária que restabeleça o sistema federativo, hoje uma utopia".

Já na Bahia, tanto a prefeitura de Salvador quanto o governo do Estado gostaram do pacote econômico do governo federal, mas deixaram claro que ele apenas ajuda o fluxo de caixa, permitindo o pagamento do funcionalismo e a cobertura de alguns débitos já vencidos. Na opinião do secretário da Fazenda do Estado, Sérgio Gaudenzi, o importante, porém, é a rolagem da dívida e a solução definitiva que é a reforma tributária, desde que os governos estaduais comprometam-se a moralizar os gastos públicos.

O Estado da Bahia tem um débito de 45 bilhões de cruzados, cinco bilhões dos quais já vencidos e não pagos. Com isso, as linhas de financiamento estão fechadas.

O prefeito de Salvador, Mário Kertesz, presidente da Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitals, aplaudiu as medidas e afirmou que as prefeituras vão recuperar parte do seu funcionalismo normal. Ressaltou, no entanto, que o novo programa econômico não elimina por completo a crise financeira nos municípios.

Pernambuco controla a sua situação financeira e tem conseguido pagar seus compromissos. Atualmente, sua dívida é de 9,5 bilhões de cruzados, sendo 2,5 bilhões da sua dívida externa, que vem sendo rolagem na proporção de 75% pelo Banco do Brasil. Os serviços da dívida interna são pagos integralmente.

Para Flávio Lyra, embora sem déficits, Pernambuco está amarrado. Não tem condições de realizar programas na área social e nem de arcar integralmente com os serviços da dívida externa.

Por isso, de acordo com o secretário da Fazenda, a expectativa é de que o novo pacote de Sarney permita uma rolagem de 100% da dívida externa e de uma porcentagem significativa da dívida interna.

A maior dívida

A maior dívida de todos os Estados Brasileiros proporciona. Esta é herança que o governador gaúcho, Pedro Simon (PMDB), lamentou receber, ao assumir o cargo a 15 de março. A dívida pública totaliza Cz\$ 111,48 bilhões dos quais Cz\$ 71,893 bilhões da administração indireta e Cz\$ 39,789 bilhões da administração direta. Em moeda estrangeira, as dívidas alcançavam Cz\$ 37,673 bilhões, sendo Cz\$ 35,180 bilhões contráridos pelas empresas da administração indireta. Tão dramático quanto a dimensão da dívida, figura-se o seu perfil: mais de 50% do total — já estão vencidos ou vencem este ano.

Nos quatro anos de mandato do ex-governador Jair Soares, enquanto a arrecadação cresceu 3,232%, a dívida da administração direta elevou-se em 4,896% e a da indireta, 4,632%. Um estudo de técnicos da Secretaria da Fazenda advertiu que se não forem adotadas medidas urgentes e de profundidade, a dívida pública do Estado poderá duplicar em 1987.

Nenhum apoio dos bancos

Entre banqueiros e pessoas ligadas às finanças, nenhum apoio surgiu ontem ao tabelamento da taxa de intermediação bancária determinado na véspera pelo governo federal. Para o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Antônio de Pádua Rocha Diniz, o spread "é o menor componente das taxas de juros" e trará "contribuição muito pequena nesse sentido". Para o deputado e banqueiro Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), o "controle de spread pode gerar distorções porque as empresas mais endividadas podem ficar sem oferta de crédito".

Pela Resolução nº 1.309, o Banco Central ficou autorizado a repassar recursos aos bancos comerciais, de investimentos e de desenvolvimento para que estes empreguem dinheiro para Estados e municípios e suas respectivas autarquias. O BC dá dinheiro ao sistema a custo de correção monetária mais 8% e os bancos fazem os empréstimos com correção monetária mais juros de 12% (obtendo um spread de 4%). Estes empréstimos são isentos de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Os Estados e municípios que tomarem o dinheiro deverão pagá-lo com um atraso máximo de 30 dias após o encerramento do exercício fiscal. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional dar a palavra final sobre se o empréstimo pode ser concedido ou não.

Nenhum apoio dos bancos

Entre banqueiros e pessoas ligadas às finanças, nenhum apoio surgiu ontem ao tabelamento da taxa de intermediação bancária determinado na véspera pelo governo federal. Para o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Antônio de Pádua Rocha Diniz, o spread "é o menor componente das taxas de juros" e trará "contribuição muito pequena nesse sentido". Para o deputado e banqueiro Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), o "controle de spread pode gerar distorções porque as empresas mais endividadas podem ficar sem oferta de crédito".

Já o ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, disse que o tabelamento talvez até cause desemprego de bancários, e que a grande causa dos juros altos ainda é a inflação. Sobre as medidas globais que o governo anunciou para a área econômica, o presidente da Associação dos Acionistas Minoritários das Estatais (Amest), Orlando Jacir do Amaral, advertiu: a isenção de correção monetária, até junho, para os empréstimos de custeio agrícola, causará prejuízos em torno de Cz\$ 16 milhões ao Banco do Brasil.

Dizendo que "a redução das taxas de juros é um fenômeno desejado por todos os setores da economia, principalmente o sistema bancário", Rocha Diniz ressaltou, em nota oficial, que "o principal componente das taxas de juros reais é a cunha fiscal do governo, e a principal causa dos juros nominais" como todos unanimemente reconhecem: é a inflação (...) Não havia o menor clamor contra as taxas de juros nos primeiros meses após o Plano Cruzado, quando a inflação baixou substancialmente".

Em Brasília, César Coelho advertiu que controlar o spread pode contribuir para distorções, mas elogiou o programa de refinanciamento agrícola, "porque havia uma situação de insolvência no setor, com a elevação dos juros".

No Rio, Carlos Brandão explicou: "De nada adianta limitar os ganhos dos bancos se a inflação medida pela rentabilidade das Letras do Banco Central (LBCs) continua elevada".

Por sua vez, o presidente da União dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (Unamib), Cyro Vercosa, entende que a política do governo federal (o maior acionista do BB) está causando sérios prejuízos ao banco que, na sua opinião, é levado a cobrir sucessivos rombos.